

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

CNPJ/MF N°. 42.266.890/0001-28

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

1. A EMPRESA - A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ n°. 42.266.890/0001-28, com sede a Rua do Acre, 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída através do Decreto-Lei n°. 256, de 28.02.1967, com o principal objetivo de desenvolver projetos e programas orientados ao constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem e terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações. Também desenvolve atividades afins conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela lei das Sociedades por Ações (Lei n°. 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei n°. 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos de Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro.

2. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA - Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os resultados operacionais da Companhia. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas: - Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio; - Manutenção da Segurança nos Portos; - Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas; - Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios; - Recuperação Econômico-Financeira; - Adequação da Infraestrutura Portuária; - Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho; - Implantação do Planejamento Estratégico e Sistemas de Avaliação por Desempenho; - Integração com as Esferas Governamentais.

3. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS - 3.1. Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio - Foi dada continuidade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação estabelecido pela Direção da CDRJ, visando à melhoria da infraestrutura computacional com: aquisição de novos microcomputadores; aquisição de switches visando à reestruturação dos equipamentos da rede de distribuição e acesso dos edifícios Sede e SUPRIO possibilitando o aumento do tráfego de transmissão de dados para 1000 Mbts/seg; aquisição de unidades de cluster de FIREWALL para proteção e controle da rede de dados da CDRJ; aquisição de projetores multimídia; aquisição e instalação dos equipamentos e softwares que compõem o novo sistema integrado de controle de acesso, frequência e CFTV em todas as Unidades da Companhia. Em relação a novos projetos de TI, foram elaborados: projeto e licitação dos serviços de transmissão de dados, voz e imagem através de rede IP Multiserviço com tecnologia MPLS; implementação de QoS e Multicast para a interligação das redes locais das Unidades da CDRJ; implementação de provedor de acesso à Internet para prestação de serviços de transmissão de dados através de redes Ethernet Metropolitana (serviço LAN-TO-LAN) interligado à rede local da CDRJ; projeto e licitação para aquisição de servidores, rack, Storage para armazenamento dos dados de forma centralizada, Fit-Dat para backup automatizado em fita, sistema No-Break para segurança elétrica, além dos serviços de virtualização dos servidores; implementação e migração dos servidores físicos para o ambiente virtual; migração dos sistemas e banco de dados; projeto de reforma, expansão e modernização da LAN corporativa para atender a futura implantação de sistemas corporativos tipo ERP, com substituição total da atual infraestrutura da rede de dados (dutos, eletrodutos, canaletas, links de dados com utilização de cabos ópticos multimodo, Links de voz (cabos metálicos) e rede estruturada cat 6, para as instalações do edifício Sede e SUPRIO. Se realizou uma execução parcial do Plano de Recuperação da Infraestrutura Predial, com a substituição de mobiliários e aparelhos de ar condicionado, substituição dos elevadores do Edifício da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro, desenvolvimento de projetos de reforma dos andares do edifício Sede da CDRJ (subsolo, térreo, 2º, 5º, 12º e 13º andares) e do 4º andar do edifício da SUPRIO, reforma das salas das Diretorias e Assessoria da Presidência, serviços de pintura e troca de piso das instalações do Edifício Sede da Companhia, além da continuidade dos serviços de manutenção das instalações prediais e equipamentos dos diversos prédios da CDRJ.

3.2. Manutenção da Segurança nos Portos - Como medida de segurança nos portos, principalmente no aspecto ambiental, a Companhia manteve o funcionamento do Centro de Atendimento a Emergências - CAE, no Porto do Rio de Janeiro, com a finalidade precípua de pronto atendimento às emergências ambientais, tal como conter derramamentos de óleo e derivados, bem como retiradas das águas da Baía de Guanabara. Centro idêntico foi implantado no Porto de Itaguaí garantindo o pronto atendimento dos acidentes ambientais. A CDRJ participou de diversos eventos relacionados à saúde e segurança no trabalho portuário por meio de palestras e atividades lúdicas, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores portuários sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, além da presença nas SIPATS promovidas por arrendatários e operadores portuários. Foram adotadas também medidas para aprimorar e manter o status de segurança nos portos administrados pela CDRJ.

3.3. Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas - Programou-se um estímulo para formação continuada do empregado, o incentivo à pós-graduação, e iniciaram-se os estudos que tem como finalidade melhorar o ambiente de trabalho, e torná-lo propício à motivação e ao bem-estar dos colaboradores da CDRJ. Realizaram-se cursos internos e externos, que promoveram, respectivamente, a capacitação de 115 e 126 empregados. No decorrer do exercício foram admitidos 30 (trinta) ocupantes do emprego de Especialista Portuário - ESP 06 (seis) ocupantes do emprego de Guarda Portuário - GPO e 02 (dois) ocupantes do emprego de Técnico de Serviços Portuários - TSP. Retornaram ao serviço 02 (dois) ocupantes do emprego de Guarda Portuário - GPO e 01 (um) ocupante do emprego de Técnico de Serviços Portuários - TSP. As promoções previstas para os meses de abril de 2010 e abril de 2011 foram aplicadas considerando o critério de antiguidade, levando-se em conta que não houve tempo hábil para a implementação da avaliação de desempenho prevista no Plano de Carreira, Empregos e Salários - PCES, referente aos anos de 2010 e 2011. O edital do Concurso Público/2012 para a admissão aos empregos de 10 (dez) Técnicos de Serviços Portuários e 02 (dois) Especialistas Portuários, foi elaborado de maneira a atender às demandas por força de trabalho existentes na Companhia, em decorrência do grande número de desligamentos a pedido. Considerada a determinação do Ministério do Trabalho e Emprego iniciaram-se os procedimentos com vistas à implantação do novo registro eletrônico de ponto - REP. A concessão do auxílio refeiçã/alimentação foi estendida às empregadas em gozo de licença gestante/maternidade.

3.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios - Dentre as ações realizadas com o objetivo de atrair novos clientes e parceiros comerciais para os Portos da CDRJ, podemos destacar a realização de edital de concorrência pública para projeto portuário dos terminais de graneis sólidos para o Porto de Itaguaí - RJ, TGS II, e TGS III (Terminal Valesul Alumínio S.A.). Além disso, foi constituído Grupo de Trabalho, pela Portaria DIRPRE n°. 25/2011 para apresentação de projeto de readequação tarifária da CDRJ, sem promover alterações da receita tarifária atual. Podemos destacar também o acompanhamento do projeto de expansão das atividades operacionais do Porto de Angra dos Reis. Ainda, foram abertos os seguintes processos: análise e validação de custo de construção de obras portuárias; atendimento à resolução 1.991 ANTAQ de 30/04/2011; e análise do panorama jurídico & comercial dos contratos de arrendamento da CDRJ; para análise e avaliação de ativos imobiliários com vistas a novos negócios; análise e pesquisa de mercado com vistas ao apoio a projetos de novos negócios e PDZ; projetos básico/conceituais e EVTE's de empreendimento portuário; análise e avaliação de infraestrutura tarifária; para análise de Notificação Libra IN DIRGES 024/2003. E por

fim, apoiamos a análise de projeto portuário de operações de supply-bout para apoio a plataformas offshore através de grupo de trabalho instituído pela Portaria DIRPRE 160/2011.

3.5. Recuperação Econômico-financeira - Dando prosseguimento ao programa de reestruturação financeira elaborada pela CDRJ, 2011 foi um ano que proporcionou a realização de ações concretas no sentido da consolidação das negociações das dívidas existentes. Destacam-se os parcelamentos dos débitos previdenciários e tributários realizados de conformidade com Lei n°. 11.941/09. No exercício foram efetivados parcelamentos da ordem de R\$ 218,9 milhões. Foram liquidados integralmente, no montante de R\$ 89,5 milhões, com recursos aportados pela União (Lei n°. 12.178/09), os débitos remanescentes não contemplados com os benefícios do parcelamento da referida Lei. Outro item que merece destaque especial foi a suspensão dos bloqueios judiciais mensais, da ordem de R\$ 7,0 milhões junto aos arrendatários em agosto/2011, decorrente da ação movida pelo J.F. MORGAN e CIAM - Processo n°. 1998.001.185286-0 - 11ª Vara Cível.

3.6. Adequação da Infraestrutura Portuária - Dando continuidade à adequação da infraestrutura portuária no complexo que engloba a CDRJ foram realizadas, no exercício de 2011, as seguintes ações: Aquisição e instalação de placas de sinalização vertical com vistas à conscientização ambiental nos portos da CDRJ; Convênio de acesso ao SINAPI entre a CEF e a CDRJ; Contratação emergencial de serviços de sondagens geotécnicas mistas no Porto do Rio; Implantação de dispositivos de segurança para acesso de pedestres no portão 2 do Porto do Rio; Recuperação de cercas de segurança na ponte rodoviária do Porto do Rio; Recuperação do telhado do armazém 12 do Porto do Rio; Ampliação da portaria principal do Porto de Itaguaí; Complementação do balizamento náutico do Porto de Itaguaí; Consultoria e estudos ambientais para dragagem de áreas de fundeio no acesso aquaviário do Porto de Itaguaí; Reforma no posto ferroviário da guarda portuária no Porto de Itaguaí; Implantação de pórtico de sinalização vertical para o Porto de Niterói. Encontram-se ainda em andamento os seguintes projetos: Contratação de Assessoria técnica de engenharia; Locação de equipamentos de radiocomunicação convencional em UHF e VHF para operarem nos 4 portos da CDRJ; Manutenção e operação da sinalização náutica dos portos da CDRJ; Recuperação e Manutenção do Sistema Integrado de Segurança do Porto do Rio e do Porto de Itaguaí; Implantação da unidade de esterilização de resíduos sólidos - UERS no Porto do Rio; Manutenção viária - pistas/drenagem/capina no Porto do Rio; Recuperação da pavimentação no Porto do Rio; Segregação do restante da área que não se encontra murada em frente ao prédio da Multi-Rio; Serviços de manutenção em subestações e na rede elétrica do Porto do Rio; Pavimentação da portaria principal do Porto de Itaguaí; Manutenção elétrica predial e da iluminação viária do Porto de Itaguaí; Manutenção viária - pistas/drenagem/capina no Porto de Itaguaí.

3.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho - A CDRJ deu continuidade às atividades de enquadramento no novo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, bem como, com a obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens nos Portos da CDRJ com recursos provenientes do PAC. Continuou em funcionamento o Centro de Atendimento a Emergências (CAE) do Porto do Rio de Janeiro e inaugurou Centro semelhante no porto de Itaguaí. Deu-se prosseguimento da regularização dos processos das licenças de operação, junto ao INEA, dos quatro portos administrados pela Companhia (Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro) elaborando as auditorias ambientais em cumprimento às legislações estadual (DZ - 056 R3 do INEA) e federal (Resolução CONAMA N°. 306). Mantiveram-se reuniões permanentes com os setores de meio ambiente e de segurança do trabalho dos arrendatários e operadores portuários na busca de soluções para as não conformidades identificadas nos relatórios de auditoria ambiental e das fiscalizações de rotina. Foram tomadas medidas para garantir o cumprimento da Portaria SEP n°. 104, visando à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - SIGA, da CDRJ. Deu-se continuidade com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA ao termo de cooperação técnica, para regular as atividades desenvolvidas pelas duas instituições, visando o intercâmbio de informações e conhecimento e o desenvolvimento de programas, projetos e atividades com foco na adequação ambiental das atividades portuária e marítima, além da implementação de ações de gestão de qualidade ambiental. A CDRJ vem mantendo entendimentos com o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro - INEA, quanto aos licenciamentos dos portos de forma semelhante ao licenciamento de distritos industriais.

3.8. Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho - A CDRJ promoveu o mapeamento e a documentação de todos seus processos operacionais e de negócios visando garantir o alinhamento da rotina de trabalho à Cadeia de Valor e às diretrizes estratégicas da Companhia. Em paralelo, foi feita a revisão do Plano Básico da Organização (PBO) atualizando as competências e atribuições das áreas. A Cadeia de Valor da Companhia foi definida com base nos processos mapeados; além disso, foi estruturada a versão preliminar do Mapa Estratégico, base para a implantação do Balanced Scorecard (BSC), visando o atendimento à Portaria SEP/PR n°. 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008.

3.9. Integração com as Esferas Governamentais - Os portos administrados pela CDRJ encontram-se num forte processo de renovação a partir de um conjunto de ações desencadeadas pelo Governo Federal. Entre os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Portos e pela Companhia Docas do Rio de Janeiro destacam-se a conclusão das obras de dragagem do Porto do Rio de Janeiro, executadas desde 2010, num valor de R\$ 138,8 milhões, com recursos do PAC adquiridos por meio do Programa Nacional de Dragagem - (PND). Foram retirados 3,9 milhões de m³ de sedimentos, o que aumentou a profundidade em alguns trechos de 13 para 15 metros, este fato tornou possível o tráfego de navios com capacidade de até 8 mil TEUs. Ainda no Porto do Rio de Janeiro, foi autorizado por parte da ANTAQ a ampliação do Terminal II da MultiRio e MultiCar, que investirá R\$ 492 milhões nas obras de expansão habilitando o Porto do Rio de Janeiro a receber navios "Super Post Panamax", de quinta geração. A ampliação dos bérços para 400 metros cada um, permitirá um aumento na capacidade operacional do Terminal para 640 mil contêineres por ano. Foi concluída a implementação do projeto da SEP/PR "Porto sem Papel", no Porto do Rio de Janeiro, o qual formaliza os procedimentos e integra, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, eliminando o trâmite de 112 documentos, em diversas vias, e 935 informações em duplicidade junto às seis autoridades anuentes (Polícia Federal, Anvisa, Delegacia da Receita Federal, Vigiagiro e Autoridade Portuária), preservando todos os seus aspectos inerentes ao sigilo e a segurança das informações nele produzidas. Isso irá reduzir em média 25% o tempo de estadia dos navios nos portos. O reforço estrutural da área de cais da Gamboa até São Cristóvão e a construção de nova área de atracação de navios de passageiros no Terminal Pier Mauá, são ações que serão realizadas com recursos provenientes do PAC II e do PAC da Copa de 2014; O projeto "Porto Maravilha" - da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - vem sendo desenvolvido pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, e visa o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, sendo que não se interfere na área pública do Porto.

4. RESULTADOS OPERACIONAIS - O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ formado pelos Portos Públicos de Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro registrou, em 2011, uma movimentação total de cargas de 68.257.589 toneladas, apresentando um crescimento de 8,3% em relação ao ano de 2010. As mercadorias pertencentes às Naturezas de Carga "Graneis Sólidos" - no Porto de Itaguaí - e "Carga Geral" - no Porto do Rio de Janeiro - foram as responsáveis pela maior parte desse acréscimo no volume de movimentação. A carga acondicionada em Contêineres, inserida na

Natureza de Carga "Carga Geral", foi responsável por 84,9% da movimentação da CDRJ. Os principais itens movimentados, a exemplo dos exercícios anteriores foram: Minério de Ferro; Carga Geral Conteneurizada; Carvão e; Produtos Siderúrgicos. A movimentação de cargas no caso no Porto do Rio de Janeiro atingiu em 2011 um acréscimo de 6,4% em relação ao ano anterior com 7.962.752 toneladas movimentadas. Podemos evidenciar que a Natureza de Carga "Carga Geral" foi a responsável pelo acréscimo na movimentação sendo, a exportação de produtos siderúrgicos e o equilíbrio ocorrido entre a balança comercial das exportações e das importações de commodities os principais fatores responsáveis por tal crescimento. A movimentação de cargas no caso, no Porto de Itaguaí atingiu em 2011 a marca de 60.164.165 toneladas, representando um acréscimo de 8,7% em relação ao ano anterior. A Natureza de Carga "Granel Sólido" - destacando-se o Minério de Ferro, exportação de Longo Curso - foi o principal produto movimentado e decisivo para o crescimento. A movimentação de cargas no Porto de Angra dos Reis atingiu em 2011 a marca de 32.058 toneladas representando um decréscimo de 72,9% em relação ao ano anterior. Apesar da queda da movimentação ocorreu um volume mínimo de utilização de cais e de operação. Tal cenário é decorrente das obras de ampliação e adequação desse Porto para atender à modalidade de operação offshore. Com as adequações concluídas será iniciada a movimentação do Granel Líquido "Fluído" que atenderá toda a preparação de poços de petróleo do pré-sal. A movimentação de cargas no Porto de Niterói atingiu em 2011 a marca de 98.614 toneladas representando um decréscimo de 1,9% em relação ao ano anterior. Tal decréscimo na movimentação está relacionado diretamente com a demanda de peças e materiais que o porto recebe das plataformas de operação offshore.

Movimentação Geral de Carga

PORTO	em toneladas		%
	COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA - NO CAIS		
	2010	2011	
Rio de Janeiro	7.486.811	7.962.752	6,4
Angra dos Reis	118.332	32.058	-72,9
Niterói	100.482	98.614	-1,9
Itaguaí	55.349.700	60.164.165	8,7
TOTAL	63.055.325	68.257.589	8,3

Perfil por Natureza de Carga (movimentação no cais)

Natureza da Carga	em toneladas		%
	2010	2011	
Sólidos a granel	52.596.892	56.912.513	8,2
Líquidos a granel	328.835	403.757	22,8
Carga Geral	10.129.598	10.941.319	8,0
TOTAL	63.055.325	68.257.589	8,3

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2010		2011		%
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	
Rio de Janeiro	288.268	425.422	311.492	464.713	8,1
Itaguaí	179.531	265.609	206.621	305.811	15,1
CDRJ	467.799	691.031	518.113	770.524	10,8

5. APLICAÇÃO DE RECURSOS - 5.1. Programa de Dispêndios Globais - O PDG para o exercício de 2012 foi aprovado pelo Decreto n°. 7.375/2010, no valor de R\$ 386,0 milhões. Na reprogramação alcançou um total de R\$ 606,4 milhões, publicado pelo decreto n°. 7.605/2011. Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 444,6 milhões e R\$ 161,9 milhões, respectivamente. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 12.381/11 (LOA-11) em 02/03/2011.

Decreto	PDG	Correntes	Capital	Total
7.375/2010	Dotação	260.760.488	125.291.559	386.052.047
7.605/2011	Reprogramação	444.554.468	161.932.680	606.487.148

A Receita Corrente, inicialmente aprovada pelo Decreto 7.375/10 no valor de R\$ 298,9 milhões, foi reprogramada considerando a efetiva execução de janeiro a junho do exercício, acrescida a projeção de julho a dezembro com base no desempenho do mesmo período de 2010, perfazendo um montante de R\$ 333,2 milhões. A Receita com recursos do tesouro, para Aumento do Patrimônio Líquido, foi reprogramada para R\$ 350,9 milhões sendo: R\$ 130,3 milhões para investimentos com recursos do tesouro; R\$ 212,5 milhões para saneamento financeiro (Lei 12.178/2009 e 12.410/2011) e R\$ 8,1 milhões referentes ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro relativo à construção do novo acesso ao Porto do Rio de Janeiro. Esta obra já se encontra concluída e com a Prestação de Contas do convênio fechada. Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST. O faturamento das Receitas Próprias obteve uma execução 15,2% acima da meta projetada para o exercício. Esse impacto positivo ocorreu no último trimestre, no qual o faturamento alcançou uma média de R\$ 41,5 milhões/mês (out a dez), obtendo um desempenho muito além da média anterior do exercício que era de R\$ 26,0 milhões/mês (jan a set). No decorrer do exercício, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS, pela sua dependência do fechamento contábil. Considerando que, pelo regime de competência, o montante de recursos disponíveis no período atingiu o valor de R\$ 690,9 milhões. Considerando que, desse montante, R\$ 15,4 milhões, R\$ 8,1 milhões e R\$ 115,9 milhões referem-se a Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como: Saldo Financeiro de 2010, Convênio com a Prefeitura do RJ e repasses financeiros de Recursos do Tesouro para investimentos das ações contempladas na Lei Orçamentária de 2011, respectivamente. Consta-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenhada (pronta para pagamento) no período, no valor de R\$ 355,9 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 195,5 milhões. Esse resultado orçamentário favorável foi reflexo do repasse de R\$ 180,9 milhões do governo para sanear dívidas tributárias de exercícios anteriores, com continuidade em 2012 e reflexo apenas na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFLUX). Em 2011 os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 690,9 milhões, sendo R\$ 370,5 milhões em Receitas Correntes e R\$ 296,8 milhões em Receitas do Tesouro para aumento de patrimônio líquido. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 23,6 milhões, representado em sua maior parte, por saldo financeiro de recursos do Tesouro de exercícios anteriores, no valor de R\$ 15,4 milhões. As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos) alcançaram um faturamento de 111% da previsão reprogramada anual, correspondendo a R\$ 370,5 milhões. As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 106%, 175% e 126% da previsão. O item Não-Operacional obteve um índice expressivo em decorrência da aplicação de multas em contratos de arrendamento no valor de R\$ 12,5 milhões. A Lei 12.381/11 (LOA-11) aprovou R\$ 80,0 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital. Os Decretos s/n°. e de 28/01/2011 e de 24/06/2011 e a Portaria DEST/MPOG n°. 124 de 01/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar relativos a 2010, totalizando R\$ 47,1 milhões perfazendo R\$ 127,1 milhões. A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramada para R\$ 342,8 milhões sendo, R\$ 130,3 milhões relativos a abertura de créditos

[Continua...]

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

CNPJ/MF N°. 42.266.890/0001-28

ao Orçamento de Investimentos com recursos do tesouro e, R\$ 212,5 milhões relativos a créditos para saneamento financeiro aprovados pelas Leis 12.178/2009 e 12.410/2011). Os repasses financeiros dos recursos do tesouro aprovados totalizaram R\$ 296,8 milhões, sendo R\$ 180,9 milhões referentes ao saneamento financeiro aprovado pela Lei nº 12.178/2009 e R\$ 115,9 milhões para ações vinculadas ao Orçamento de Investimentos de 2011. Os recursos em mãos de terceiros de R\$ 8,1 milhões referente ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro, vinculado à construção do novo acesso ao Porto do Rio. A execução dos Dispendícios Correntes representou 77% da dotação reprogramada de R\$ 444,5 milhões, alcançando R\$ 341,1 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram: Pessoal (39%) e Dívida Judicial Civil (26%), que juntas representaram 65% do total realizado. O grupo de Pessoal teve sua dotação reprogramada de R\$ 140,5 milhões, atendendo ao pedido de suplementação da área. Foram executados R\$ 131,6 milhões, correspondendo a 94% do reprogramado, estando dentro da previsão para o exercício. Em 31/12/2011, o Acordo Coletivo da categoria permaneceu em negociação, tendo sido antecipado pela CDRJ no mês de outubro um reajuste de 9,643% no Plano de Carreiras, Empregos e Salários - PCES. No grupo de Material de Consumo e Serviços de Terceiros foram executados R\$ 474,8 mil e R\$ 32,4 milhões, respectivamente. Apresentam baixa execução (30% e 48%) em relação ao limite reprogramado para o exercício em virtude do contingenciamento para novas contratações. Em Material de Consumo foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado. Em Serviços de Terceiros, foram executados R\$ 18,4 milhões em Dispendícios Indiretos de Pessoal, R\$ 5,7 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 7,0 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 1,3 milhão nos demais Serv. Terceiros. Do total aprovado de R\$ 67,0 milhões, R\$ 16,0 milhões referem-se a estudos e projetos para ampliação do Porto de Itaguaí e obras de compensação em praias de Sepetiba custeadas com recursos do tesouro para aumento de capital, com repasses concluídos em dez/2011. O grupo de Encargos Diversos teve sua dotação reprogramada para R\$ 235,4 milhões, tendo como valores relevantes os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas. Foram executados no período R\$ 176,6 milhões, correspondendo a 75% da dotação reprogramada. Segue a seguir a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções: Utilidades e Serviços - Valores executados totalizando R\$ 8,9 milhões (92% do total reprogramado para a rubrica), estando dentro do previsto. Tributos e Encargos Parafiscais - Executados R\$ 15,7 milhões (99%). R\$ 9,1 milhões correspondem a Impostos e Taxas (IPTU, IVA, Foro, Licença Ambiental e outros) e R\$ 6,6 milhões a PIS, COFINS e Salário Educação. Juros da Dívida Externa - Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,5 milhões. Dívida Judicial Trabalhista - Dotação reprogramada de R\$ 21,2 milhões. Tendo uma execução de R\$ 14,6 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios em conta corrente. Dívida Judicial Civil - Dotação reprogramada de R\$ 94,9 milhões, tendo sido executados R\$ 88,9 milhões (97%). Cabe ressaltar a paralisação das despesas mais significativas: bloqueios JP MORGAM/CIAM e BROOKLIN Empreendimentos. Segue abaixo, a situação dos dois principais bloqueios cíveis: 1) Regularização do processo nº. 1998.001.185286-0 - 11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direito na arrecadação, o qual foi suspenso judicialmente em agosto. Executados R\$ 54,5 milhões, esse bloqueio constituiu a principal ameaça de desequilíbrio orçamentário; 2) Regularização do processo nº. 0102697-82.2009.8.19.0001 - 19ª VC/RJ de Brooklin Empreendimentos S/A, responsável pelo bloqueio de 20% da receita corrente, direito na arrecadação. Executados R\$ 31,3 milhões, o mesmo foi suspenso judicialmente em outubro. A DIREXE autorizou o contingenciamento de recursos necessários para a regularização dos bloqueios judiciais

até o final do exercício. No grupo de Demais Dispendícios Correntes - foram executados R\$ 16,8 milhões, representando 93% da Dotação reprogramada de R\$ 18,0 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e de Pessoal e Contratos de Cessão de Crédito. Já no grupo de Aluguéis - foram executados R\$ 1,4 milhão (86%). Registrados no exercício, os contratos de característica "continuado", oriundos do exercício de 2010: Viaturas, Equipamentos Rádio Telec. e Telefonía, Sistema de Segurança Eletrônica, Máquinas Copiadoras e Sanitários Químicos. No grupo de Multas e Encargos Financeiros - Executados R\$ 29,6 milhões. Apresentou uma execução de 71% da dotação reprogramada de R\$ 51,5 milhões. Foram pagos em dezembro, através de parcelamento de débitos com a Receita Federal, os encargos referentes ao INSS, PASEP e COFINS de anos anteriores, causando a expressiva execução no final do exercício. **5.2 - Orçamento de Investimentos** - O Decreto s/nº, de 28/01/2011 reabriu Crédito Especial em favor da CDRJ no valor de R\$ 31.000.000, em conformidade ao Art. 64 da Lei nº. 12.309/2010 - LDO/2010 - que autoriza a reabertura de crédito especial e extraordinário aprovado no último quadrimestre do exercício de 2010. A dotação aprovada pela LOA/2011 foi retificada pela Portaria nº. 124, de 01/06/2011 que modificou a fonte de financiamento de R\$ 12.914.605 de Saldo de Exercícios Anteriores para Restos a Pagar (RAP), uma vez não efetivada a previsão inicial de repasse desses recursos para a CDRJ em 2010. O Decreto s/nº, de 24/06/2011 suplementou a dotação aprovada em R\$ 3.149.565, referente a abertura de créditos inscritos em RAP/2010. A Lei nº. 12.535, de 08/12/2011 cancelou R\$ 5.435.655 aprovados como Saldo de Exercícios Anteriores, ajustando aos valores definitivos apurados em 31/12/2010. O Decreto s/nº, de 15/12/2011 abriu Crédito Suplementar para a ação 12LG - Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro (RJ) no valor de R\$ 11.200.000, sendo: R\$ 8.000.000 oriundos da ação 12LH - Reforço Estrutural do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e R\$ 3.200.000 de ação do orçamento da SEP. A Lei nº. 12.580, de 29/12/2011 suplementou a dotação aprovada em R\$ 4.727.211. O valor é composto por R\$ 3.627.211 referente ao saldo de rendimentos do Convênio C-SUPJUR Nº. 036/2006 entre a CDRJ e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e outros R\$ 1.100.000 com fonte em Recursos Próprios para as ações 4102 - Manutenção adequação bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos e 4103 - Manutenção e Adequação Ativos Informática e Telemprocessamento. O quadro a seguir apresenta a evolução do total aprovado no exercício de 2011 para o Orçamento de Investimentos.

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Decreto s/nº, de 28/01/2011	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
Lei nº. 12.381, de 09/02/2011 (LOA/2011)	R\$ 124.148.499	R\$ 0	R\$ 124.148.499
Portaria nº. 124, de 01/06/2011	R\$ 12.914.605	(R\$ 12.914.605)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 24/06/2011	R\$ 3.149.565	R\$ 0	R\$ 3.149.565
Lei nº 12.535, de 08/12/2011	R\$ 0	(R\$ 5.435.655)	(R\$ 5.435.655)
Decreto s/nº, de 15/12/2011	R\$ 11.200.000	(R\$ 8.000.000)	R\$ 3.200.000
Lei nº 12.580, de 29/12/2011	R\$ 4.727.211	R\$ 0	R\$ 4.727.211
TOTAL	R\$187.139.880	(R\$ 26.350.260)	R\$ 160.789.620

As ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2 e PAC da Copa) são as que possuem maior relevância na composição do Orçamento de Investimento com 67,34% da dotação aprovada em 2011 com fonte em Recursos do Tesouro, conforme indicado no quadro abaixo:

Quadro - Ações do Programa de Aceleração do Crescimento PAC-2 e PAC COPA

Ação	Dotação Aprovada R\$	Dotação %
12LG Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 23.200.000	15,44%
12LH Reforço Estrutural do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro(RJ)	R\$ 0	0%
12LI Implantação de 3 Pieres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 78.000.000	51,90%
Total	R\$ 101.200.000	67,34%

O valor comprometido para estas ações totalizou R\$ 90.000.000 que corresponde a 59,89% da dotação aprovada em 2011 com fonte em recursos da União, terminando o exercício com os processos em procedimento administrativo de licitação, conforme discriminado a seguir: Ação 12LG - Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro (RJ) Processo: 6661/2011 - "Obras de Reforços Estruturais do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro". A reserva para este processo é de R\$ 8.725.060 e destina-se à contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços de Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro. O processo aberto em 17/03/2011 está em fase de procedimento licitatório - Concorrência nº. 005/2011. Processo: 21621/2011 - "Gerenciamento e Fiscalização para as Obras de Reforço Estrutural do Cais da Gamba". A reserva para este processo é de R\$ 3.274.940,00 e destina-se à contratação dos serviços de gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamba. O processo aberto em 05/09/2011 encontra-se na SUPENG e, segundo consulta à área, o Edital está em fase de ajuste. Observação: A ação teve, adicionalmente, Crédito Suplementar de R\$ 11.200.000 aberto em 15/12/2011. Ação 12LH - Reforço Estrutural do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A dotação aprovada para esta ação no valor de R\$ 8.000.000 foi remanejada para a ação 12LG - Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro (RJ). Ação 12LI - Implantação de 3 Pieres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ). Processo: 14646/2010 - "Ampliação do Terminal de Passageiros do Porto do Rio de Janeiro". A reserva para este processo totaliza R\$ 75.196.122,81 e destina-se à contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços de construção do pier de atracação destinado a navios de passageiros no porto do Rio de Janeiro. O processo aberto em 22/07/2010 está em fase de procedimento licitatório - Concorrência nº. 006/2010. Processo: 27438/2010 - "Engenharia consultiva para gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do RIOOPR". A reserva para este processo é de R\$ 2.248.742,79 e destina-se à contratação dos serviços de engenharia consultiva para gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro. O processo aberto em 21/12/2010 está em fase de procedimento licitatório - Concorrência nº. 008/2011. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** - A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos - SEP/PR, iniciou um processo de modernização de diversas áreas, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais proporcionando melhoria na eficiência da Gestão e a efetividade dos seus resultados. Cumpriu o planejamento e honrou com os compromissos assumidos no parcelamento dos débitos previdenciários e tributários realizados de conformidade com a Lei nº. 11.941/09 e vem enviando esforços para sanear as pendências financeiras existentes na Companhia. Vem atuando em parceria com os governos Federal, Estadual e Municipal para a modernização da gestão portuária, além da implantação de diversos projetos de obras de infraestrutura no porto visando a melhoria das vias de acesso rodoviários, ferroviários e marítimos que proporcionaram a CDRJ um crescimento econômico-financeiro do setor. **Atenciosamente,**
AILTON FERNANDO DIAS - Diretor - Presidente - Substituto.

BALANÇO PATRIOMONIAL - (Em milhares de Reais)

Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	258.225	23.624
Cientes	14.882	19.153
Impostos a recuperar	6.638	4.210
Adiantamentos	1.073	910
Estoques	160	862
Valores a recuperar	7.515	13.820
Bens em processo de baixa	4.926	0
Despesas antecipadas	165	0
	293.584	62.579
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Cientes	131.365	126.168
Provisão para devedores duvidosos()	(131.365)	(126.168)
Depósitos judiciais	5.380	5.043
Recursos bloqueados RSD	6.853	6.771
Títulos a receber	167	168
	12.400	11.982
Investimentos	21	592
Imobilizado	977.688	978.597
	990.109	991.171
Total do Ativo	1.283.693	1.053.750

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

Nota	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Financiamentos externos	886	1.046
Fornecedores	9.934	13.225
Obrigações fiscais	109.283	298.632
Obrigações trabalhistas	71.209	210.264
Obrigações contratuais	166.785	117.442
Provisão para contingências	49.000	45.000
Provisão de férias e encargos	6.310	5.615
	413.407	691.224
Não Circulante		
Arrendamento mercantil	133.839	145.293
Financiamentos externos	11.096	10.632
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	649.835	309.968
Receitas Diferidas	97.348	106.708
	892.118	572.601
Total do Passivo	1.305.525	1.263.825
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.880.267	1.753.628
Créditos da União para aumento de capital	309.977	121.901
Prejuízos acumulados	(2.212.076)	(2.085.604)
	(21.832)	(210.075)
Total do Passivo e Patr. Líquido	1.283.693	1.053.750

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO

	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS		
Receita operacional líquida	275.945	240.860
Custos da operação		
Serviços portuários	(51.349)	(64.865)
Depreciação (serviços portuários)	(5.305)	(7.152)
Serviços de pesquisas	(13.031)	(12.339)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(87)	(60)
	(69.772)	(84.416)
Resultado operacional bruto	206.173	156.444
Atividades portuárias	219.291	168.843
Atividades de pesquisas	(13.118)	(12.399)
	206.173	156.444
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita patrimonial	9.219	33.240
Despesas operacionais complementares		
Despesas gerais e administrativas	(119.585)	(115.812)
Depreciação	(2.432)	(2.323)
Despesas financeiras líquidas	(141.606)	(107.860)
Constituição de provisões	(36.922)	(63.068)
	(300.545)	(289.063)
Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários	(85.153)	(99.379)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas	60.852	62.067
Variações monetárias passivas	(120.350)	(89.052)
	(59.498)	(26.985)
Resultado operacional líquido	(144.651)	(126.364)
Receitas (Despesas) operacionais		
Reversão de provisões	1.699	12.356
Receitas operacionais	6.206	6.699
Despesas operacionais	(1.329)	(1.591)
	6.576	17.444
Prejuízo Líquido do exercício	(138.075)	(108.720)
Quantidade de ações	936.252.988	873.248.657
Prejuízo por ação do capital social - em Reais	(0,15)	(0,12)

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) - (Em milhares de Reais)

Descrição	Créditos da União para		Prejuízos Acumulados	Total
	Capital aumento Social de capital	Prejuízos Acumulados		
Saldo em 01 de janeiro de 2010				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	1.753.628	7.821	(1.979.035)	(217.586)
Aumento de capital - AGE				
Crédito da União para aumento de capital	110.193			110.193
Atualização dos créditos para aumento de capital	3.887			3.887
Ajustes de exercícios anteriores			2.151	2.151
Prejuízo do exercício			(108.720)	(108.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.753.628	121.901	(2.085.604)	(210.075)
Ajustes de exercícios anteriores			11.603	11.603
Atualização dos créditos para aumento de capital	17.894			17.894
Créditos da União para aumento de capital	296.821			296.821
Aumento de capital - AGE de 19/12/2011	126.639	(126.639)		
Resultado do exercício			(138.075)	(138.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.880.267	309.977	(2.212.076)	(21.832)

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2011	2010
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da Atividade Principal	(34.674)	(71.262)
Prejuízo Líquido	(138.075)	(108.720)
(+) Ajuste de exercício anterior	67.790	2.151
(+) Depreciação e amortização	7.824	9.475
(+) Variação monetárias de longo prazo	17.894	3.887
(+) Provisão pdd	6.266	16.010
(-) Receita reversão pdd	(1.069)	(1.281)
(+) Diferido	0	1.455
(+) Provisão para Férias e 13º	696	761
(+) Provisão para contingências	4.000	5.000
Variação da Necessidade de Capital de Giro	(398.708)	3.338
Fornecedores	(3.291)	4.289
Impostos e taxas	(393.479)	18.058
Recebíveis	4.271	(1.026)
Cobranças Contenciosas	(5.197)	(14.728)
Impostos a recuperar	(2.428)	(952)
Adiantamentos	(163)	11
Depósitos Judiciais	(337)	(269)
Estoques	702	3.103
Outros valores a receber	1.379	(5.148)
Despesas antecipadas	(165)	0
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.424)	(20.185)
Variação do Realizável de Longo Prazo		
Prazo	(82)	(39)
Recursos bloqueados RSD	(82)	(39)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2011	2010
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação do Passivo Financeiro	377.586	(40.103)
Empréstimo	(161)	(52)
Financiamentos em moeda nacional	31.257	(31.656)
Financiamentos em moeda estrangeira	464	(1.556)
Obrigações Previdenciárias e tributárias	355.387	19.615
Adiantamentos de clientes	0	(17.993)
Arrendamento	(9.361)	(9.361)
Variação do Patrimônio Líquido	296.821	110.193
Aumento de Capital		
Créditos da União	296.821	110.193
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	234.601	(18.019)
SALDO INICIAL	23.624	41.643
SALDO FINAL	258.225	23.624

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

CNPJ/MF Nº. 42.266.890/0001-28

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ é uma sociedade de Economia Mista, de capital autorizado vinculado à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem por objetivo social realizar a administração, exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário. Com o advento da Lei nº. 8.630/93 a Companhia passou a ser Autoridade Portuária, arrendando áreas e instalações portuárias, trazendo o setor privado como parceiro, visando a eficiência e eficácia dos portos por ela administrados, com reflexos diretos na redução do "Custo Brasil".

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009. **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - **3.1 Base de preparação** - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. **3.2 Apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios. **3.3 Ativos e passivos circulares e não circulares** - São demonstrados os rendimentos de realização ou de exigibilidade, incluindo quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço. Os valores realizáveis ou exigíveis após o exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulares.

3.4 Contas a Receber - As Contas a Receber de Clientes referem-se aos recebíveis do Ativo Circulante e não Circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços, estando incluídos todos os serviços prestados até a data do balanço. **3.5 Créditos de liquidação duvidosa** - A provisão de liquidação duvidosa, por critério de conservadorismo, foi constituída sobre 100% do saldo das contas a receber de clientes classificadas no Ativo não Circulante, montante julgado suficiente pela administração da Companhia para suprir a eventual perda na realização das contas a receber. **3.6 Estoques** - Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. **3.7 Despesas antecipadas** - Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. **3.8 Imobilizado** - O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal. **3.9 Obrigações trabalhistas, fiscais e contratuais** - As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são os parcelamentos de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, o PORTUS - Instituto de Seguridade Social, decorrente dos termos de Confissões de Dívidas e o Imposto Sobre Serviços - ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

3.10 Provisões de férias - As provisões com férias e respectivos encargos sociais foram constituídas em função dos direitos adquiridos até a data do balanço. **3.11 Provisões para contingências** - As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis onde a Companhia é parte reclamada, estimativas estas mensuradas pela Superintendência Jurídica da CDRJ. **3.12 Uso das estimativas** - A elaboração das demonstrações contábeis requer que a administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes aos procedimentos de sua determinação. **4 - BENS EM PROCESSO DE BAIXA** - Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia no presente exercício para cessar à União. Serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº. 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil, encontra-se transitoriamente registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. **5 - VALORES A RECUPERAR** - Tem como maior expressão a recuperação de valores amortizados em excesso no montante de R\$ 4.036 mil, relativo ao empréstimo concedido pela Companhia Siderúrgica Nacional à Companhia Docas do Rio de Janeiro e o registro neste exercício do valor de R\$ 1.588 mil, referente ao aluguel da área que fará parte do encontro de contas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com a CDRJ, relativo ao Convênio de revitalização da área portuária C-SUPJUR nº. 04/2010 assinado em 28/01/2010. **6 - RECURSOS BLOQUEADOS** - O valor de R\$ 6.853 mil (R\$ 6.771 mil em 2010), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem - RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de "leasing" da extinta Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRAS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRAS e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

7 - IMOBILIZADO - O imobilizado está assim composto:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2011	Líquido 2010
Bens móveis	196.739	(165.840)	30.899	31.246
Bens imóveis	729.608	(113.779)	615.829	624.975
Imobilizado a classificar	14.057	(641)	13.416	6.034
Imobilizado em andamento	317.544		317.544	316.342
	1.257.948	(280.260)	977.688	978.597

8 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS - Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 11.982 mil (R\$ 11.678 mil em 2010), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público junto aos credores do setor privado, ajustado à taxa cambial vigente na data do balanço acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Discriminação	Em milhares de Reais		
	31/12/2011	31/12/2010	
Circulante	886	1.046	
Não circulante	11.096	10.632	
	11.982	11.678	

9 - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Trata-se de Contratos de Leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRAS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, tendo sido registrados no Ativo e Passivo não Circulante. Em 03

de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº. 1998.001.185296-0, que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil - CIAM, em cumprimento ao mandato de intimação expedido pela 1ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005. Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº. 0102697-82.2009.8.19.000, da 1ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). No presente exercício houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). A companhia procedeu a atualização do valor levantado pelo Banco J.P. Morgan em 31/12/2011, totalizando R\$ 4.301 mil. A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes nas contas judiciais, tendo em vista os recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Os contratos estão registrados no passivo não circulante, apresentando a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais	
	31/12/2011	31/12/2010
Cia. Inter-Atlântico	4.301	91.968
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico	(132.201)	(214.125)
Unibanco Leasing S/A	49.435	41.484
Comind Leasing S/A	0	10.531
Bloqueio Comind Leasing S/A	0	(5.512)
Manufactures Hannover	212.304	178.236
	133.839	102.582

10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CONTRATUAIS - As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicável, incorridos até a data do balanço, cujos valores expressivos são o parcelamento de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, o Instituto de Seguridade Social - PORTUS, decorrentes dos termos de Confissões de Dívidas e o Imposto Sobre Serviços - ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Essas obrigações têm a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	2011	Circulante 2010	Não-Circulante	
INSS	24.271	74.260	2011	2010
FGTS	884	1.057		
PORTUS - Instituto de Seg. Social	38.286	242.471	216.357	84.447
COFINS/PASEP	23.673	22.138	1.725	2.040
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	46.349	41.732	192.165	163.971
IR	2.957	0		
Salário educação	1.071	1.002		
Depósito em garantia de serviços	5.722	7.197		
Retenções contratuais	1.457	1.398		
Remunerações/honorários	6.697	5.479		
PGFN	25.507	219.957	239.588	43.990
Contratos Securizados Libra/SeptelbaTecon	159.439	101.837		
Adiantamento CSN	0,00	6.566		
IPTU	3.977			
Outros	167	8.842		
TOTAL	347.277	740.756	649.835	294.448

A dívida com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN refere-se ao parcelamento Excepcional - PAEX, autorizado pela Medida Provisória 303/2006, relativa à taxa de foro e de ocupações incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha, integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil), acrescido do PASEP e COFINS. No exercício de 2009 a Companhia aderiu ao REFIS 4 (Lei 11.941/2009), para parcelamento de dívidas previdenciárias e tributárias, constituídas até 30/10/2008. O montante a pagar ao PORTUS é de R\$ 254.642 mil (R\$ 326.918 mil em 2010). No presente exercício foi revertido contra o prejuízo acumulado, por determinação da Secretaria de Portos da Presidência da República, através do Ofício nº. 1.585/2011/SEP/PR, o valor R\$ 114.417 mil, reconhecido em 2010, referente à atualização de contribuições patronais, em face da referida dívida não ter sido encaminhada para reconhecimento e aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-DEST. A CDRJ está providenciando o Processo para análise e discussão da dívida junto aos órgãos superiores. A dívida com o ISS encontra-se em negociação através do convênio nº. 004/2010, referente ao Encontro de Contas entre a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a Companhia Docas do Rio de Janeiro. **11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA** - A Companhia Docas do Rio de Janeiro, no curso normal de suas atividades, está envolvida em processos legais de natureza cíveis e trabalhistas. A CDRJ constituiu provisões para processos legais a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 49.000 mil (R\$ 45.000 mil em 2010), registrada no passivo circulante, foi constituída segundo a avaliação da Superintendência Jurídica da Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores. Neste exercício, as baixas constituídas em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 20.271 mil (R\$ 30.042 mil, em 2010). **12 - RECEITAS DIFERIDAS** - A conta de Receitas Diferidas registrada no passivo não circulante refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo diferidas atendendo aos prazos contratuais. **13 - CAPITAL SOCIAL** - Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC, conforme Decreto nº. 2.673/1998. No presente exercício foi aportado pela União o montante de R\$ 296.821 mil, a título de crédito para aumento de capital. Através da Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 19/12/2011, foi homologado o aumento do Capital social da Companhia que passou de R\$ 1.761.659 mil para R\$ 1.880.267 mil, e está representado por 936.252.988 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	468.058.378	468.058.377	936.116.755
Governo do Rio de Janeiro	68.079	68.079	136.158
Outros	38	37	75
	468.126.495	468.126.493	936.252.988

14 - CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - a) O custo das operações portuárias apresentou no presente exercício o montante de R\$ 51.349 mil (R\$ 64.865 mil em 2010).

Discriminação	Em milhares de Reais	
	2011	2010
Serviços Portuários	1.412	1.440
Manutenção	36	24.899
Pessoal e Encargos	36.892	27.966
Serviços de Terceiros	13.009	10.560
Total	51.349	64.865

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais	
	2011	2010
Pessoal e Encargos	88.884	197.957
Serviços de Terceiros	9.274	11.155
Contratos Securizados Libra/SeptelbaTecon	14.686	10.775
Despesas Tributárias	4.368	3.578
Outras	2.373	6.765
Total	119.585	230.230

Esse grupo foi reduzido de R\$ 230.230 mil, em 2010 para R\$ 119.585 mil em 2011, basicamente pela reversão do valor de R\$ 114.417 mil no item pessoal e encargos, relativo à diferença de atualização patral do Instituto de Seguridade Social - PORTUS. Na Dre comparativa 2010, esse grupo apresenta o saldo ajustado de R\$ 115.812 mil. **15 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** - As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 141.606 mil (R\$ 92.340 mil em 2010), têm como maior expressão as despesas de juros sobre encargos Tributários e Trabalhistas relativas à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e Tributos Federais. **16 - VARIAÇÕES MONETÁRIAS** - Nas variações monetárias passivas, no montante de R\$ 120.350 mil (R\$ 46.341 mil em 2010), estão computados, além da variação cambial do período, os encargos financeiros previstos nos contratos de leasing e seus aditivos. **17 - PLANO DE PENSÃO - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS** - A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. É administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos. Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº. 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos. Com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS foi constituído um grupo de trabalho paritário, assessorado pela empresa Globalprev, contratada pelo Instituto, a qual apresentou proposta, sugerindo medidas a serem implementadas pela patrocinadora com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano. Em relatório apresentado pela CONSULTORIA ESTADÍSTICA ATUARIAL - CESAT o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, montava em R\$ 484.853.640,83, devendo seu equacionamento ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União. No exercício de 2009 foi contratada pelas patrocinadoras, através da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias - ABEPH, atendendo determinação da Secretaria de Portos - SEP, a empresa de consultoria MERCER Consulting Outsourcing Investimentos para nova apuração do déficit do PORTUS e soluções a serem implementadas. O resultado apurado continua em análise pelas autoridades competentes. Faz-se registrar que a diferença entre os valores apresentados, tanto pelas empresas de consultoria contratadas e pelo PORTUS, continua em controvérsia pelas partes, inviabilizando o registro contábil com base em estimativas confiáveis. Durante o exercício de 2011 foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronal, nos montantes de R\$ 4.200 mil e R\$ 3.130 mil, respectivamente (R\$ 4.370 mil e R\$ 3.740 mil, em 2010). **18 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** - Neste exercício, a CDRJ creditou a conta de "prejuízos acumulados" o montante de R\$ 67.790 mil, (crédito R\$ 2.151 mil em 2010), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência dos exercícios anteriores.

Resumo dos ajustes:	Ajustes a Débito	Ajustes a Crédito	Saldo
18.1	-	114.417	114.417
18.2	37.689	-	76.728
18.3	5.022	-	71.706
18.4	15.520	11.604	67.790

18.1 PORTUS - No exercício de 2010 a administração da CDRJ, através da 1.914ª Reunião da Diretoria Executiva - DIREXE, autorizou a contabilização da atualização da dívida junto ao Instituto de Seguridade Social - "PORTUS", reconhecendo um montante de R\$ 114.417 mil provenientes de contribuições patronais, apuradas conforme trabalho conjunto realizado pelo PORTUS e CDRJ, tendo como base o INPC-IBGE acrescido de juros de 1% a.m. Em 2011 através do Ofício nº. 1.585/2011/SEP/PR de 01/11/2011 que encaminhou o Ofício nº. 685/DEST/MP de 13/09/2011, a CDRJ foi comunicada da necessidade do estorno contábil desse valor em face do assunto não ter sido previamente analisado por aquele órgão. Com este novo posicionamento a administração da Companhia deliberou em sua 1.955ª reunião, realizada em 07/12/2011, sobre as devidas reclassificações contábeis na conta de ajustes de exercícios anteriores, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). **18.2. Atualização retrospectiva de Contratos de Arrendamento** - Face a execução judicial dos contratos de arrendamento mercantil (NOTA 09), exarada pelas 11ª e 19ª Varas Cíveis foram apuradas diferenças significativas nos saldos apontados e liberados pela esfera judicial, em consequência da defasagem da variação cambial prevista em contrato e taxa praticada para os devidos cálculos da sentença judicial. Foram contabilizados em 31/12/2011 os montantes de R\$ 37.689 mil (contrato CIAM); e R\$ 5.022 mil (contrato Comind), necessitando a reclassificação retrospectiva dos saldos. **18.3 ISS Cobrança Judicial** - Procedendo análise apurada do saldo contingenciado a título de ISS Cobrança Judicial, foram identificadas diferenças significativas em face dos índices utilizados pela Procuradoria Municipal da Fazenda para as atualizações dos débitos, obrigações estas a maior que os valores provisionados. Em 31/12/2011 foi provisionado o valor de R\$ 15.520 mil, necessitando a reclassificação retrospectiva dos saldos. **18.4 Outros Ajustes em Exercícios Anteriores** - Corresponde a diversos outros ajustes necessários para melhor classificação dos saldos. **19 - REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA** - Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 138.075 mil (R\$ 108.720 mil em 2010). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ foi bem sucedida ao implementar seu plano de recuperação econômico-financeira. A consolidação do processo de parcelamento junto à Secretaria da Receita Federal possibilitou o alongamento das dívidas fiscal e previdenciária, compatível com a capacidade de pagamento da Companhia. A suspensão da penhora de 40% da receita da Companhia, relativas às operações de Leasing, herdadas da extinta PORTOBRAS, resultou na readequação do fluxo de recursos direcionando-os para novos compromissos assumidos pela CDRJ. A Companhia está pleiteando junto à Vara Judicial a liberação do montante à disposição da justiça que ultrapassou o valor da condenação. Outro fato que proporcionou a redução do passivo foi liquidação integral, com recursos aportados pela União no montante de R\$ 89.426 mil, de débitos previdenciários remanescentes não contemplados com os benefícios do parcelamento da Lei 11941/2009. Foi assinado o Contrato C-SUPJUR 004/10, entre a CDRJ e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que tem como objeto o Direito Real de Uso da área do Pier Mauá pela Prefeitura, em prol do interesse público para o Projeto Porto Maravilha, constabeado no Ofício GP nº. 023/2010, do Município do Rio de Janeiro - MRJ, e em contraprestação, a compensação através de ajuste de contas, de débitos da CDRJ de impostos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

Continua

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

CNPJ/MF N.º. 42.266.890/0001-28

20 - AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007 - A Companhia está em processo licitatório visando agilizar a contratação de empresa para aquisição de um software corporativo de gestão pública, bem como a capacitação de pessoal no conhecimento das constantes modificações da Lei.

Jorge Luiz de Mello - Diretor-Presidente - CPF N.º. 510.709.017-68
Eliane Pinto Barbosa - Diretora - CPF N.º. 372.049.127-72
Daniilo de Souza Luna - Diretor - CPF N.º. 269.090.227-34
Ailton Fernando Dias - Diretor - CPF N.º. 509.330.436-00
Mara Célia da Silva Melo
 Contador CRC - RJ 44.416/O-7 - CPF N.º. 733.408.557-49

PARECER CONFIS Nº. 001/2012 - CONSELHO FISCAL
 Parecer do Conselho Fiscal Nº. 001/2012
 da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
 Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - "Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S", datado de 9 de março de 2012, que emitiu parecer indicando que as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da CDRJ ressalvado o seguinte: "1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, Contrariando a Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09. 2 - A Companhia mantém registro em sua contabilidade, no grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária, mantidos na conta de "Imobilizados em Andamento". Estes valores correspondem em 31/12/2011 ao montante de R\$ 317.544 milhões e vem permanecendo sem modificação há mais de 05 anos. Pela natureza dos gastos, a Companhia não efetuou a transferência destes imobilizados em andamento para o grupo de imóveis/instalações quando do término dos projetos, mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Ainda, para possíveis projetos/benefícios que efetivamente não foram concluídos, a CDRJ não contingenciou a provisão para perdas com base em teste de recuperabilidade destes ativos, não atendendo ao CPC 01 e Resolução CFC nº 1.292/10. 3 - A Companhia vem constituindo provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais com base na orientação de sua assessoria jurídica interna. Contudo, o montante contingenciado em 2011, bem como as informações inseridas em suas notas explicativas de nº 11 não permitem uma correta identificação e segregação entre estas contingências, bem como o montante da provisão não está suportado com base em relatórios de análise de risco. Para as demandas administrativas e judiciais na qual a Companhia é parte, os relatórios emitidos pelos advogados contratados pela Companhia que a representam em processos de natureza cível e tributária foram emitidos com insuficiência de informações sobre a real probabilidade de perdas na qual a Companhia está exposta, impossibilitando quantificar os números apresentados. Conforme resposta dos advogados que representam a Companhia exclusivamente em demandas trabalhistas, os valores das perdas consideradas prováveis estimaram em R\$ 67.064 milhões, logo, em valores superiores à provisão contingenciada. Desta forma, o montante contingenciado em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 49.000 milhões não representa o montante das contingências trabalhistas, cíveis e tributárias que a CDRJ está exposta, contrariando a NBC T 19.7 - disciplinada pela Resolução CFC nº 1.180/09." O Conselho reitera a recomendação contida no Parecer CONFIS Nº 001/2011, de 15/03/2011, de a aquisição de software jurídico para que a Companhia possa ter um controle mais efetivo das causas em que é parte e possa provisionar de forma mais precisa os valores a serem demonstrados em seu balanço, assim como a aquisição de software contábil que permita melhorar os controles da empresa e agilizar a elaboração de informações contábeis e gerenciais. Quanto às Demonstrações Contábeis, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da "COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO" - CDRJ, exceto as ressalvas e recomendações contidas neste parecer. Rio de Janeiro, 19 de março de 2012. **KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS** - Presidente do Conselho Fiscal/Representante da Secretária de Portos. **PEDRO DA COSTA CARVALHO** - Representante do Ministério dos Transportes. **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA** - Representante do Tesouro Nacional. **JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO** - Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 DELIBERAÇÃO Nº 002/2012/CONSAD/CDRJ**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XXIX, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 568ª reunião - ordinária, realizada em 19 de março de 2012; **DELIBERA:** I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2011; **III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 24 de abril de 2012, recomendando a sua aprovação pela mesma.**

Rio de Janeiro, 19 de março de 2012.
FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
 Presidente do Conselho de Administração

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 DELIBERAÇÃO Nº 003/2012/CONSAD/CDRJ**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 568ª reunião - ordinária - do Colegiado, realizada em 19 de março de 2012. **DELIBERA:** Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 24 de abril de 2012, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2012.
FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
 Presidente do Conselho de Administração

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Senhores Diretores e Conselheiros da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
 Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis - 1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, Contrariando a Resolução CFC nº

1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09. 2 - A Companhia mantém registro em sua contabilidade, no grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária, mantidos na conta de "Imobilizados em Andamento". Estes valores correspondem em 31/12/2011 ao montante de R\$ 317.544 milhões e vem permanecendo sem modificação há mais de 05 anos. Pela natureza dos gastos, a Companhia não efetuou a transferência destes imobilizados em andamento para o grupo de imóveis/instalações quando do término dos projetos, mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Ainda, para possíveis projetos/benefícios que efetivamente não foram concluídos, a CDRJ não contingenciou a provisão para perdas com base em teste de recuperabilidade destes ativos, não atendendo ao CPC 01 e Resolução CFC nº 1.292/10. 3 - A Companhia vem constituindo provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais com base na orientação de sua assessoria jurídica interna. Contudo, o montante contingenciado em 2011, bem como as informações inseridas em suas notas explicativas de nº 11 não permitem uma correta identificação e segregação entre estas contingências, bem como o montante da provisão não está suportado com base em relatórios de análise de risco. Para as demandas administrativas e judiciais na qual a Companhia é parte, os relatórios emitidos pelos advogados contratados pela Companhia que a representam em processos de natureza cível e tributária foram emitidos com insuficiência de informações sobre a real probabilidade de perdas na qual a Companhia está exposta, impossibilitando quantificar os números apresentados. Conforme resposta dos advogados que representam a Companhia exclusivamente em demandas trabalhistas, os valores das perdas consideradas prováveis estimaram em R\$ 67.064 milhões, logo, em valores superiores à provisão contingenciada. Desta forma, o montante contingenciado em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 49.000 milhões não representa o montante das contingências trabalhistas, cíveis e tributárias que a CDRJ está exposta, contrariando a NBC T 19.7 - disciplinada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Conforme descrito na nota explicativa 20, a Companhia formalizou sua adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, com consolidação efetivada em 31 de julho de 2011. Os efeitos advindos deste novo parcelamento, em especial redução substancial da dívida com utilização de prejuízos fiscais foram reconhecidos na contabilidade. Contudo, parcela significativa das dívidas que foram autorizadas pela CDRJ para inclusão no parcelamento da Lei 11.941/09, quando da consolidação, o órgão gestor do parcelamento não as incluiu, representando em 31/12/2011 no montante de R\$ 103.020 milhões. A Companhia solicitou a revisão do saldo do parcelamento especial para inclusão desta parcela ao saldo final devedor, contudo, ainda não reconhecendo os benefícios econômicos desta possível inclusão, isto porque a administração entende que o benefício acima realizar-se-á quando da confirmação da consolidação. Até a conclusão dos nossos trabalhos o pedido de revisão do parcelamento ainda não havia sido deferido pelas autoridades fiscais competentes.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 15 de março de 2011, que conteve opinião com ressalva similar ao item 03 do nosso relatório, evidenciando que o reconhecimento de provisão para contingências pela CDRJ, no passivo circulante no montante de R\$ 45.000 milhões, fora efetuado também segundo avaliação da assessoria jurídica da CDRJ, sem utilização de estimativa confiável dos valores das ações classificadas como prováveis, impossibilitando emitir parecer conclusivo sobre as provisões para contingências passivas trabalhistas, cíveis e fiscais da entidade.

São Paulo, 09 de março de 2012.
 Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S. - CRC 2SP002135/O-1 "S" RJ
 Vander Bittencourt Ribeiro
 Contador CRC 1SP159913/O-3 - "S" RJ.

